

Cooperação é a regra no mundo de baixo carbono

Martha Neiva Moreira

Empresários e ambientalistas ainda esperam metas setoriais

A Lei de Talião diz: olho por olho, dente por dente. Assim é no mundo dos negócios.

Mas o que parece ser uma regra irrefutável quando o assunto é rentabilidade, no contexto da economia de baixo carbono quem segura à risca poderá ficar cego e banguela.

O modelo da competitividade, tal como vigora no mundo corporativo, em um planeta que precisa sobreviver, pode estar com dias contados.

Não importa pensar hoje, por exemplo, quem deixará o alto forno ligado. Daqui a pouco ninguém mais pensará em ligá-lo por uma questão de sobrevivência imediata — diz Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, para quem ainda é necessário reordenar os marcos regulatórios de mudanças climáticas para que as empresas possam competir em uma plataforma mais amigável para o meio ambiente.

Copenhague falhou em não estabelecer as bases desta plataforma, mas o mercado não falhará. Quem emitir mais será penalizado — completa.

Em se tratando de Brasil, José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento de Tecnologia e Competitividade da Fiesp, admite que o conceito de competição ainda é forte e se sobrepõe ao da cooperação, especialmente porque a visão dos empresários, segundo ele, é de curto prazo.

Sustentabilidade não é assim. Mas muitos conceitos precisaram de tempo para serem incorporados pelo mundo corporativo. Não será diferente com este — observa.

Mesmo reconhecendo que já há um movimento entre as empresas mais globais no caminho da cooperação, Suzana Kahn, Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), afirma que "a definição de marcos regulatórios são fundamentais neste percurso".

Metas de redução para o país já foram até definidas e anunciadas em Copenhague. O Brasil terá que reduzir, até 2020, de 36 a 39% suas emissões em relação a 2005. Mas o caminho para atingi-la é longo.

Há muito o que se discutir.

Já conversamos com o Ministério do Meio Ambiente justamente para aprofundar as discussões no sentido de cobrar metas diferenciadas para cada setor produtivo. Temos que falar, por exemplo, de tecnologia, inovação, de financiamento, de adaptações para a realidade brasileira. O mundo de baixo carbono precisa de uma série de riquezas que hoje não estão computadas, como por exemplo água, ar. E isso precisa ser discutido no contexto brasileiro. E mais: a lei do clima deixa de lado questões sociais — explica Marina Grossi, diretora do Conselho Empresarial Brasileiro para o desenvolvimento Sustentável (Cebds). A entidade pretende reunir, ainda em março, governo e representantes das empresas para tratar de metas setoriais relativas a mudanças climáticas.

Não há uma data certa ainda, mas vamos, sim, conversar com os diversos setores para atualizar o Plano Nacional sobre mudança do clima — informa Branca Americana, diretora de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA. Ela acredita que o Brasil, mesmo tendo setores que ainda resistem muito a uma mudança de atitude real, sai em vantagem porque é uma potência verde. Já temos aqui empresários que investem em inovações e que entendem também que é um erro primário pensar que a restrição de carbono resultaria em menos competição. Este mundo não existe mais — comenta ela.

José Ricardo Roriz, da Fiesp, acredita que investimento em pesquisa e tecnologia é a questão que se impõe no momento: O investimento no Brasil ainda é baixo e precisa se intensificar, sob pena de termos que importar tecnologia.

Fonte: Razão social, Rio de Janeiro, n. 89, p. 13, 2 fev. 2010.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais